XII Salão de Iniciação Científica PUCRS

Religião e direitos LGBT: Um estudo sobre o PLC 122/2006

Juliana Trindade[1], Ricardo Mariano[2] (orientador)

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Núcleo de Estudos das Organizações Religiosas-NEOR

Resumo

A partir da Assembleia Nacional Constituinte, realizada em 1986 e 1987, abriram-se várias frentes de luta entre grupos religiosos e setores laicos da sociedade brasileira. As lutas travam-se em torno, por exemplo, de demandas e projetos de legalização e descriminalização do aborto e do uso de drogas, de união civil de homossexuais, da criminalização da homofobia, dos novos métodos de reprodução assistida, do uso de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas.

Esta investigação é um desdobramento da pesquisa efetuada no projeto *Laicidade à brasileira: o Acordo com a Santa Sé e a Lei Geral das Religiões*, financiado pelo CNPq, e consiste em acompanhar e mapear a acirrada disputa em torno do Projeto de Lei 122/2006. O referido PL visa criminalizar a discriminação motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero. Se aprovado, vai alterar a Lei de Racismo (Lei Federal nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989), que abrange, atualmente, a discriminação por cor de pele, etnia, origem nacional e religião, e passará a criminalizará também a homofobia. O PLC 122/2006 se baseia no PL 5003/2001, apresentado à Câmara dos Deputados por Iara Bernardi (então deputada federal pelo PT-SP) visando criminalizar a homofobia. Mas o PL proposto por Bernardi não previa a alteração da Lei Federal nº 7.716.

Nos últimos anos, o PL 122/2006 tem sido objeto de acirrada disputa. Grupos católicos e evangélicos têm lutado por sua reprovação, enquanto organizações de defesa dos

[1] Graduanda em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Bolsista de Iniciação Cientifica pelo CNPq. E-mail: juliana.trindade@acad.pucrs.br

[2] Doutor em sociologia pela USP e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: rmariano@pucrs.br

direitos sexuais e humanos de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros demandam sua aprovação. Parlamentares religiosos e laicos têm conseguido sobrepor seus interesses e valores religiosos em relação a muitos temas polêmicos discutidos no país.

Metodologia

A pesquisa é qualitativa e se baseia na coleta de material escrito na internet, na grande imprensa, nas páginas eletrônicas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em sites e blogs católicos e evangélicos, de grupos feministas e homossexuais e de grupos laicistas. Baseia-se também na coleta, leitura e análise da bibliografia sobre as divergências e disputas entre grupos cristãos e homossexuais no país e sobre as lutas de grupos secularistas em defesa da laicidade estatal. Uma das estratégias principais da pesquisa têm consistido em acompanhar cada lance da tramitação do PL 122 no Congresso Nacional, com a finalidade de perceber as táticas postas em ação pelos parlamentares atuantes em cada lado da contenda e suas diferentes reações fora do Congresso.

Resultados (ou Resultados e Discussão)

O PL 5003/2001 tramitou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em seguida foi encaminhado para o Plenário e aprovado após 5 anos de tramitação. Posteriormente o PL 5003/2001 foi remetido ao Senado Federal e redefinido, não objetivando homologar uma nova lei, mas alterando outra já existente: a Lei Federal nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989, que prevê punições para crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. O objetivo seria acrescentar à lei temáticas ligadas ao preconceito em relação à sexualidade e gênero. No Senado, o agora PLC 122/2006 já tramitou nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS), sendo aprovado. Atualmente ele está na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) antes de ir à Plenário. Se aprovado, volta à Câmara.

A pressão da bancada evangélica impediu a votação do projeto de lei complementar 122/06 na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado. Representantes da Frente Parlamentar Evangélica presentes à sessão pediram o adiamento alegando que devem ser realizadas audiências públicas, porque ele não teria sido suficientemente discutido no

Congresso. Em Maio de 2011 a votação foi suspensa numa tentativa de dialogar com os parlamentares contrários ao texto.

Apelidado pelos senadores ligados a igrejas de "lei da mordaça", o Projeto gera uma série de objeções, as principais referem-se ao artigo que pune discriminação a manifestações públicas de afeto e a interpretação de que pastores não poderão mais condenar a homossexualidade em programas de rádio e televisão. Os religiosos contam com a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente da Família.

Os defensores da aprovação do projeto argumentam sobre a exclusão dos grupos LGBT da democracia, visto que não possuem seus direitos garantidos pelas leis do país. Protestam, também, contra uma moral religiosa da qual o país está sendo vítima e pelo número elevado de mortes de homossexuais e trangêneros no Brasil. Em 2007 foi criada a Frenta Parlamentar em Defesa dos Direitos da Comunidade LGBTT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros), manifestando apoio, entre outras causa, a aprovação do PLC 122.

Conclusão

À guisa de conclusão, observa-se que o avanço de grupos religiosos tradicionalistas no plano moral e conservadores no plano teológico, como pentecostais e carismáticos católicos, e seu crescente ativismo político-partidário tendem a ampliar a ocupação religiosa da esfera pública. Por outro lado, a diversificação das identidades culturais, a consolidação do pluralismo e da competição no plano cultural e a emergência de organizações em defesa da laicidade estatal, dos direitos humanos, sexuais e reprodutivos (estas últimas lideradas por feministas e homossexuais) tendem a ampliar a ocorrência de disputas entre grupos religiosos e laicos na esfera pública.

Referências

MARIANO, Ricardo. "Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista" *in* H. Santos (org.), Debates Pertinentes Volume I. Porto Alegre: EDIPUCRS. 2009.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares; OLIVEIRA, Leandro. Algumas tendências recentes nos discursos evangélico e católico sobre a homossexualidade. *Sexualidade, gênero e sociedade*, Rio de Janeiro, ano XI, n. 22, p. 1-5, dezembro de 2004.